



ELEIÇÕES DA ADUFRJ: ÚLTIMA SEMANA DE DEBATES

Página 3

FERNANDO SOUZA



FÊNIX

MUSEU RENASCE UM ANO DEPOIS

MÁRCIO MERCANTE

> Passados 365 dias da maior tragédia ocorrida na UFRJ, o Museu Nacional mostra a gigantesca capacidade de resistência da universidade. Peças recuperadas nas ruínas do prédio foram apresentadas esta semana. Reitoria anunciou que pretende reabrir parte do Museu até 2022, a tempo das comemorações pelo bicentenário da Independência do Brasil. Hoje, a instituição conta com R\$ 68 milhões para as obras de reconstrução do palácio da Quinta da Boa Vista e de apoio às atividades acadêmicas da unidade. Página 8



A SEMANA

É PRECISO RECUSAR O DIVERSIONISMO

DIRETORIA

Dom João VI angariou reputação de toscos. Possivelmente por conta de *fake news* criadas por sua própria esposa, pois, no frígido dos ovos, driblou o grande francês da época - ninguém menos que Napoleão Bonaparte -, evitou o confronto, e veio fundar um império nos trópicos. Sempre cabe discutir, e a universidade é o lugar precípuo para controvérsias de toda natureza, inclusive sobre o caráter (tosco ou não) dos governantes.

Mas, supondo que a opinião de Carlota Joaquina tenha prevalecido, podemos considerar que Dom João foi o primeiro toscos a governar o Brasil. Um segundo seria Jânio Quadros e o terceiro, o atual. Eis que, assim, temos exemplificada, empiricamente, a afirmação de Marx no 18 Brumário - a história se repete, como tragédia, e depois como farsa.

A tragédia seguiu-se à renúncia de Quadros: 21 anos de ditadura. Nos dias que correm, vivemos a farsa. Farsa que se traduz nas incongruências que diariamente assolam as mídias. O governo apela para um nacionalismo protetor da “nossa” Amazônia e anuncia a disposição de atrair mineradoras americanas para explorar as riquezas escondidas sob as árvores. O governo exalta as vantagens de um Banco Central independente e intervém na Polícia Federal. Exemplos se multiplicam. As declarações estapafúrdias de Bolsonaro (num *continuum* que vai de excrementos ao presidente francês) começam a afetar o PIB.

Dom João foi o primeiro toscos a governar o Brasil. Um segundo seria Jânio Quadros e o terceiro, o atual

Simplificadamente, e sempre lembrando que é desejável que se discuta qualquer hipótese, podemos entender que a eleição do capitão teve dois grandes blocos de apoio, fora a obsessão antipetista. De um lado, o folclore estilo *saci-pererê* (menos politicamente correto, impossível): o terraplanismo real e simbólico, o marxismo cultural das Nações Unidas e das ONGS, a riqueza escondida dos índios, e por aí vai. De outro, um liberalismo à *outrance*, privatista ao extremo, destruidor de regulações, radicalmente avesso a direitos: e, no caso, tudo na mais absoluta seriedade. Como se vê, uma composição mais para unicórnio do que para qualquer imagem com pé no mundo real.

Tal composição, que está longe do que em política se conhece como coalizão, pode, contudo, ser estratégica. E não apenas para manter mobilizado o nicho folclórico de apoiadores do presidente (uns 30% do eleitorado), como sugerem vários analistas, e sim, com vistas a neutralizar a oposição e, daí, alcançar os 70% restantes. Trata-se da estratégia da dispersão.

São muitas e diversificadas as pautas que demandam protestos e resistência. O desmatamento da floresta amazônica e suas consequências, a censura explícita ou camuflada a filmes nacionais e outras manifestações culturais, as tentativas de desacreditar instituições que produzem dados sobre a realidade, o desfinanciamento das agências de fomento à pesquisa, à ciência e à tecnologia, o tom acusatório em relação às universidades e à produção do conhecimento, a revogação de direitos nas relações de trabalho, o desrespeito diuturno a grupos étnicos, geográficos ou de gênero (minoritários ou não), e muitas mais.

Alianças em torno de algumas dessas pautas são mais factíveis que outras. Postulados conservadores de teor comportamental podem ser rechaçados por defensores da venda da Petrobrás, assim como o lobby dos bancos pode refutar o tratamento dado pelo governo aos órgãos de pesquisa. Até o agronegócio se perfila contra (o exagero da) política ambiental de Bolsonaro.

A face patética da estratégia anuvia os austeros objetivos do projeto Guedes. A reforma da previdência não é nenhuma farsa. Segundo “especialistas”, sua aprovação deve levar a um aumento de 25% nas adesões a planos privados de aposentadoria. Os cortes no orçamento do MEC já asfixiam várias universidades federais.

É preciso recusar o diversionismo. Estabelecer prioridades e costurar as alianças possíveis em torno de temas. Os aliados nem sempre serão os mesmos, mas se não levamos essa rotatividade em conta corremos o risco de cair na armadilha da dispersão. A queda se expressa no grito (que não é o dos excluídos). Grito sem verbo. Repercussão baixíssima. A ADUFRJ tem procurado, em conjunto com outras ADs, participar dos movimentos que, em escala alargada, fora da bolha, defendem as universidades e a produção do conhecimento. Resultados, ainda que à espera de amadurecimento, já podem ser vislumbrados. A audiência pública em defesa do CNPq, na Câmara dos Deputados, no dia 28, levou o deputado Rodrigo Maia a assumir o compromisso de assegurar as verbas para bolsas e pesquisas. No momento em que se completa um ano do incêndio do Museu Nacional, a Reitora Denise apresenta um projeto de reconstrução, com recursos, fruto de negociações multidimensionadas. Vamos em frente. Há *future-se*, mas também há futuro. E participe das eleições da ADUFRJ nos dias 11 e 12 de setembro.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



■ A entrada do IFCS amanheceu enfeitada com rosas brancas e vermelhas, em 23 de agosto. Colocadas em um painel formado pelos nomes dos 434 mortos pela ditadura militar, as flores representaram a dor de centenas de familiares. A instalação foi criada pelos professores da UFRJ para responder aos ataques do presidente Bolsonaro contra a memória de militantes torturados, assassinados ou desaparecidos entre 1964 e 1985. A iniciativa que também contou com depoimentos de familiares, como Dora Santa Cruz (à esquerda), irmã de Fernando Santa Cruz, foi aprovada na Assembleia Geral da Adufrj.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



UM GOVERNO QUE RASGA DINHEIRO

■ Nos últimos dias, o país assistiu ao governo federal dizer que não tinha dinheiro, pagar mais de R\$ 2 bi em emendas para a Reforma da Previdência e recusar a ajuda do G7 para a Amazônia. O montante equivale a R\$ 83 milhões. O Observatório do Conhecimento fez as contas. O dinheiro poderia gerar uma folga econômica para conceder, por um ano: 17.283 bolsas de iniciação científica; 4.609 bolsas de mestrado; 3.142 bolsas de doutorado.

AGENDA

02/09
14H

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Auditório do Cepe Fundão, Rua Lobo Carneiro, Cidade Universitária - Pauta: Informes; Balanço da gestão; Observatório do Conhecimento; e Future-se.

Primeiro debate acentua diferença entre as chapas

> Grupos que disputam a diretoria da Adufrj se posicionaram sobre suas estratégias para mobilizar os docentes, avaliaram o governo Bolsonaro, o Future-se e a relação com o Andes

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Uma “discussão de alto nível”, como definiu o presidente da Comissão Eleitoral, professor Ricardo Medronho, marcou o primeiro debate entre as chapas que disputam a diretoria da Adufrj. O encontro aconteceu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no dia 29, e foi transmitido pela internet. “É o tipo de debate que se espera ter entre professores do nível da UFRJ”, concluiu o docente. Ao todo, 209 pessoas visualizaram o debate. As eleições ocorrem nos dias 11 e 12. Em 3 e 5 de setembro, ocorrerão novos debates.

A Chapa 1 “Ventos de Maio: juntos pela universidade. Não vamos parar nem voltar atrás” foi representada pela professora Eleonora Ziller e pelo professor Josué Medeiros. Já a Chapa 2 “Adufrj em Movimento pela Base” foi defendida pelas professoras Alessandra Nicodemos e Marinalva Oliveira.

Apoiada pela atual diretoria da Adufrj, a Chapa 1 integra o movimento que elegeu a professora Tatiana Roque como presidente da seção sindical, em 2015. “O que me trouxe de volta para o movimento docente foi a gestão da professora Tatiana. Ela abriu uma possibilidade de diálogo, de conversa, de participação muito diferenciada do que nós tínhamos vivido antes. A minha estada aqui, neste momento, é fruto dessa transformação”, afirmou Eleonora.

Já a Chapa 2 se define de oposição às duas últimas gestões da Adufrj: “A chapa 2 é fruto de um projeto coletivo de intervenção dentro da universidade. Não é um projeto individual meu. Entendemos que o momento



ELEONORA ZILLER, da Faculdade de Letras (Chapa 1)



Nós expressamos a diversidade, a heterogeneidade, a força do pensamento acadêmico, do corpo docente que está em todas as trincheiras possíveis para defender a universidade pública e a produção de conhecimento

histórico pede este tipo de atuação sindical”, disse Alessandra. “Uma atuação sindical que venha pela base e que possa construir efetivamente com os docentes o enfrentamento necessário neste momento”, completou.

Em cinco blocos - três com perguntas da plateia -, os candidatos avaliaram o movimento docente, a conjuntura nacional, os desafios para a universidade e o projeto Future-se. E se diferenciaram principalmente em relação à avaliação das duas últimas direções da Adufrj, das formas de mobilização e do momento político brasileiro.

Para a Chapa 1, a conjuntura nacional é marcada pela acentuação de um processo que o professor Josué Medeiros chamou de fascização. “A análise do atual processo político e do que é o Future-se está relacionada às

ações de enfrentamento ao projeto”, disse. “Para nós, o Future-se tem um marco muito claro no governo Bolsonaro”, afirmou. “Há um processo de fascização em andamento sem precedentes”.

Em contraposição, a professora Alessandra Nicodemos afirmou que a Chapa 2 considera que o atual momento político é fruto de um processo de desmonte da educação e do serviço público, que, na opinião dela, ocorre há muito tempo. “Temos total clareza de que o projeto de desmonte é anterior ao governo Bolsonaro e esse projeto seguirá independente de Bolsonaro. Se ele cair, nossos problemas não acabam”, justificou a professora.

A relação com o Andes foi outro ponto de divergência. Enquanto a Chapa 1 defende uma atuação crítica nas instâncias da entidade, a Chapa 2 prega uma postura



ALESSANDRA NICODEMOS, da Faculdade de Educação (Chapa 2)



Entendemos que é a base, nas suas perspectivas, nas suas diversidades, nas suas diferenças políticas, que vai efetivamente construir o movimento de organização e luta. Nós vamos construir esse processo com diálogo

alinhada à política nacional do Andes. “Sentimos muita falta da atual direção da Adufrj nos espaços de decisão do nosso Sindicato Nacional”, pontuou Marinalva Oliveira.

Representantes da atual diretoria esclareceram ter participado dos dois Congressos do Andes, dois Conads e de quatro encontros do setor das federais. Eleonora Ziller completou: “Não temos nenhuma dúvida de que o Andes tem uma trajetória histórica”, comentou. “Mas há uma forma de ação que tem problemas. Se formos eleitos, trabalharemos incansavelmente para o fortalecimento do Andes e para sua democratização”, afirmou.

Os pontos de vista sobre as formas de organizar o movimento docente também tiveram destaque. “A base é protagonista. Para a base ser protagonista,

nós precisamos - e sentimos muita falta na atual direção da Adufrj - de assembleias”, disse Marinalva Oliveira.

Enquanto Chapa 2 privilegia a atuação política a partir de assembleias e conselhos de representantes; a Chapa 1 acredita que estes elementos devem ser combinados a outras formas de organização e luta.

“Temos uma categoria diversa. Nossos processos de mobilização também devem ser diversos”, defendeu Josué Medeiros. “As assembleias não dão conta dessa diversidade. O voto em urna, por exemplo, é um método de ampliar a participação”, disse. A direção atual informou ter organizado 14 assembleias.

O vídeo com a íntegra do debate está disponível no Facebook da Adufrj e no canal no Youtube.

NOTAS

PRÓXIMOS DEBATES

3 e 5

setembro

LOCAIS: PRAIA VERMELHA, AUDITÓRIO MANOEL MAURÍCIO, DIA 3. 18H

FUNDÃO: AUDITÓRIO DA ESCOLA DE QUÍMICA, DIA 5. 14H

DIAS DE VOTAÇÃO

11 e 12

setembro

103 PROFESSORES DISPUTAM VAGAS DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Terminou nesta sexta-feira, dia 30, o prazo para inscrição de professores que desejam participar do Conselho de Representantes da Adufrj. Cento e três docentes se candidataram - cinco a mais do que na eleição anterior. Nos dias 11 e 12, os professores sindicalizados vão eleger a diretoria e também escolher os representantes de suas unidades. A lista completa com os nomes dos candidatos será divulgada no site da Adufrj, após a homologação das listagens pela Comissão Eleitoral.

CHAPA

1

Quem somos? O que queremos?

Nossa força está na nossa diversidade. Queremos representar a heterogeneidade dos professores da UFRJ e a singularidade do trabalho docente. Juntos conseguiremos resistir aos ataques do governo

“É verdade, a alma não pode viver de não querer. Não querer fazer alguma coisa é insuficiente para preencher uma vida. Não querer alguma coisa está bem próximo de não querer mais nada, e, logo, de fazer assim mesmo o que uma outra vontade impõe. Essas duas ideias estão muito próximas uma da outra, e a ideia de liberdade encontra-se esmagada entre elas”.

Thomas Mann, 1932

Quando falamos “professores da UFRJ”, estamos nos referindo a um grupo muito diversificado de pessoas, com graus distintos de relação com a instituição e com experiências profissionais muito diferenciadas. Mas nossa heterogeneidade não pode ser um problema para nós, e sim a raiz primeira de nossa força. E foi pensando nisso que montamos a nossa chapa, buscando dar forma e força a esse potente agrupamento humano do qual somos parte. Porque podemos ter uma maior dedicação à vida administrativa, ou sermos fortemente dedicados aos laboratórios, ou desenvolvermos ações combinadas, atuando junto à formação de professores do ensino fundamental e médio. Estamos em diálogo permanente, inquirindo a vida nacional e seus impasses. Podemos estar voltados para a amplitude de políticas públicas, ou para os minúsculos vetores de graves patologias, lutamos cotidianamente pelo direito à vida, pelo direito de pensar, pela cultura e pela arte. O nosso ambiente de trabalho ainda é muito desigual: podemos ter grandes laboratórios, cheios de máquinas e bolsistas, ou apenas uma pequena mesa dividida com mais dois ou três colegas numa sala apertada e sem janela. Muitas vezes não nos compreendemos, porque parece que falamos línguas muito diferentes. E nos perdemos em dissensões que poderiam ser bem menores se nos conhecêssemos com mais profundidade. Somos desiguais, e somos parte de uma sociedade que discrimina e exclui a maioria de seus integrantes. As ações afirmativas trouxeram mais cores e mais diversidade para as salas de aula, mas ainda há um desafio a ser cumprido para os docentes. O embate com um governo que despreza o conhecimento e a inteligência nos coloca num patamar muito rebaixado de discussão. Temos que enfrentá-lo, gastar nossas energias para deter a máquina destrutiva que foi posta em funcionamento nos últimos meses, mas temos



também o dever de não nos satisfazer com apenas resistir e proteger o que conquistamos. Essa vitória não podemos dar a ele. E pensando nisso, apresentamos 10 bons motivos para votar na chapa 1

1. Defendemos como patamar inegociável para a universidade o financiamento público estatal obrigatório, a gratuidade e a autonomia universitária, o tripé de ensino/pesquisa/extensão e a liberdade de cátedra. Diremos não a qualquer projeto ou proposta que viole esses princípios, seja o atual “Future-se” ou qualquer outro que o substitua.

2. Defendemos a democratização da universidade através da ampliação do acesso, aliado a políticas geradoras de condições materiais para a permanência de alunos e discentes bolsistas, manutenção das cotas, além de melhorias na infraestrutura.

3. Batalharemos por melhores condições de trabalho dos novos professores, sobretudo nas instalações dos novos campi (Macaé e

Xerém) e cursos noturnos, lutaremos contra a falta de equipamentos, de salas e de recursos para a pesquisa.

4. Ampliaremos o foco de atuação do jurídico da ADUFRJ, para incluir ações dos advogados em relação à carreira dos novos professores, além de uma mobilização permanente contra a desqualificação da carreira docente (MS e EBTT) nas universidades públicas

5. Somos uma chapa que defende a mobilização dos professores da UFRJ em conjunto com as demais entidades da sociedade civil, movimentos sociais, e em especial com sociedades científicas, muitas das quais dirigidas por nossos colegas, a fim de barrar os retrocessos postos à educação no próximo período.

6. Somos uma chapa comprometida com as lutas de raça, de gênero e de território, e combateremos qualquer tipo de discriminação dentro da UFRJ, onde existir.

7. Defendemos valores como solidariedade, jus-

tiça e igualdade, e acreditamos que só através da ciência, da cultura e do conhecimento teremos instrumentos para garantir a pluralidade, a diversidade e a liberdade.

8. Estaremos sempre mobilizados e prontos para apoiar as lutas dos servidores públicos, dos estudantes, dos técnicos administrativos, dos trabalhadores terceirizados e dos professores das redes estaduais.

9. Temos um compromisso com os docentes de todo o país, e através da mobilização da ADUFRJ, buscaremos fortalecer o ANDES-SN e fazê-lo mais representativo da maioria da categoria docente e cada vez mais plural.

10. Acreditamos nas formas democráticas de condução dos processos de decisão da entidade, incluindo processos de transparência nas reuniões e nas divulgações das pautas, o voto em urna nas decisões referentes a paralisações e/ou greves, assembleias multicampi simultâneas com transmissão via videoconferência em horários determinados.

CHAPA

2

Por um trabalho docente que nos realize e não nos adoieça

Em movimento pela base na defesa de melhores condições de trabalho e contra a precarização

Nós vibramos com uma boa aula, a publicação de um trabalho, a aprovação de um projeto, com a potência de transformação social de nossas atividades de extensão, entre outras atividades que caracterizam o trabalho docente. Por outro lado, quantas vezes já não nos sentimos profundamente cansados, mesmo quando a semana só está começando? Quem já não escutou um relato de desânimo e tristeza diante de metas que se tornaram cada vez mais difíceis?

Pesquisas no campo da saúde docente¹ têm alertado para o adoecimento da nossa categoria, que se agrava em decorrência da intensificação e precarização do nosso trabalho. Além disso, diante da falta de toda uma estrutura de acolhimento (auxílio permanência, transporte, bolsas), nossos estudantes também têm adoecido, e isso tende a se agravar. Esta realidade tem se intensificado, especialmente, pela absurda criminalização do trabalho docente, pelo ataque às Universidades públicas e pela Reforma da Previdência, que tem deixado ainda mais incerto o nosso futuro.

O início de carreira: achatamento salarial e a pressão do probatório
Os jovens professores, muitos deles de cursos criados pelo REUNI, enfrentam péssimas condições de infraestrutura – falta de gabinetes, laboratórios, oficinas – e sofrem também com salários do piso da carreira desatualizados, levando anos para alcançarem melhores salários.

Além disso, os que ingressaram no serviço público depois de 19/12/2003, quando a Emenda 41 foi aprovada, terão a sua aposentadoria calculada pela média dos seus salários (e não integral), e aqueles que tomaram posse após 4/2/2013 (data da criação da “previdência” complementar dos servidores federais, a Funpresp) só terão aposentadorias acima do teto do INSS (hoje igual a R\$ 5.839,45) se contribuírem para a Funpresp, sem nenhuma garantia quanto ao resultado futuro dessas contribuições. Há, ainda, uma enorme pressão e sobrecarga para quem está no estágio probatório, que vem se tornando um momento de sofrimento, especialmente para aque-



les que objetivam atuar na pós-graduação, quando as metas de produtividade, muitas vezes, impedem seus credenciamentos. Nesta direção, infelizmente, não são raros os casos de assédio moral.

Aposentados e a perda de isonomia
Os professores já aposentados também tiveram grandes perdas nas últimas décadas. Reajustes salariais reduzidos das classes de Assistente e Adjunto e a criação da classe de Associado só para os ativos, além da criação da contribuição previdenciária dos aposentados pela Emenda 41, tornaram os salários destes últimos cada vez menores em relação aos seus colegas ativos.

“Reforma da previdência” – mais tempo de trabalho, maior contribuição, menores salários
A PEC 6/19 do atual governo, se for aprovada, trará perdas ainda maiores para os servidores ativos, os aposentados e para os pensionistas. As idades mínimas para a aposentadoria pas-

saão dos atuais 55 (mulheres) 60 (homens), para 62/65 anos, e será preciso contribuir por 40 anos para que o valor da aposentadoria seja igual à média dos salários. Um docente que entrar na carreira aos 35 anos será obrigado a trabalhar até os 75 anos para conseguir esse valor. Se entrar depois dos 35 anos de idade, nunca chegará a essa condição, porque aos 75 anos será compulsoriamente aposentado.

O percentual da contribuição dos ativos, aposentados e pensionistas também aumentará para os salários acima de R\$ 4.500,00, resultando, na prática, em redução geral dos salários.

Cabe destacar que, com exceção das idades mínimas, todas estas perdas poderão tornar-se maiores por meio de leis ordinárias, a qualquer momento, o que evidencia a necessidade absoluta de termos um sindicato combativo e capaz de organizar os professores na luta.

Para fazer frente a tudo isso, só o movimento pela base
Assim, pensamos que a AdUFRJ tem um papel fundamental na proteção do trabalho docente, que não tem sido plenamente exercido, deixando os professores para as soluções individuais e empreendedorismo pessoal. Pensamos que o resultado da luta coletiva, em movimento pela base, vai nos proteger e nos amparar. É este o sentido das lutas por mais verbas para educação, por infraestrutura de trabalho adequada, por salários e por um plano de carreira e aposentadoria mais justos.

¹ Citamos apenas duas, onde alguns autores são professores da UFRJ, mas são muitos os trabalhos na área. SOUZA, K.R. et al. *Cad. Saúde Pública*. 2018, vol.34, n.3, <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00037317>. DE MEIS, L. et al. *Braz J Med Biol Res*. 2003, vol. 36, n.9. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-879X200300900001>.

CHAPA 1: VENTOS DE MAIO: JUNTOS PELA UNIVERSIDADE. NÃO VAMOS PARAR NEM VOLTAR ATRÁS



Presidente:
Eleonora Ziller
Camenietzki
Faculdade de Letras



Vice-presidente:
Felipe Rosa
Instituto de Física



2ª Vice-presidente
Christine Ruta
Instituto de Biologia



1º Secretário
Pedro Lagerblad
Instituto de Bioquímica
Médica



2º Secretário
Marcos Dantas
Escola de Comunicação



1º Tesoureiro
Josué Medeiros
IFCS



2º Tesoureiro
Jackson Menezes
Nupem/Macaé



Presidente:
Alessandra
Nicodemos
Faculdade de Educação



Vice-presidente:
Selene Alves Maia
Instituto de Matemática



2º Vice-presidente
Marcelo Paula
de Melo
Educação Física



1ª Secretária
Marinalva Oliveira
Faculdade de Educação



2º Secretário
Filipe Boechat
Instituto de Psicologia



1º Tesoureiro
Wilson Vieira
Instituto de Economia



2ª Tesoureira
Regina Pugliese
CAp (aposentada)

CHAPA 2: ADUFRJ EM MOVIMENTO PELA BASE

Um milhão de assinaturas pelo CNPq

> Abaixo-assinado #SomosTodosCNPq foi entregue ao Congresso por execução de R\$ 330 milhões para bolsas



ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjr.org.br

Foi entregue na quarta-feira ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, cerca de 1 milhão de assinaturas da petição em defesa do CNPq. O documento pede que R\$ 330 milhões sejam recompostos emergencialmente para cobrir o pagamento de 84 mil bolsas a partir de setembro até o fim de 2019. Lançada pela SBPC em 13 de agosto com o apoio de mais de 100 entidades científicas e acadêmicas, a petição #SomosTodosCNPq também é contra a extinção da agência de fomento à pesquisa e de um orçamento que cubra o pagamento das bolsas de 2020. Segundo o presidente SBPC, o professor da UFRJ Ildeu Moreira, tanto

Rodrigo Maia quanto a líder do governo na Câmara, Joice Hasselmann, se mostraram sensíveis em solucionar o problema mais emergencial - o pagamento dos R\$ 330 milhões. "Maia se comprometeu a resolver a questão até o fim desta semana (31)". Para o presidente da SBPC, o aporte suplementar de recursos para 2019 e aprovação do que está previsto em 2020 para cobrir o pagamento das bolsas são fundamentais. No entanto, disse ser preciso garantir a continuidade dos projetos de pesquisa e manter o CNPq como instituição. "É absolutamente inaceitável a ideia do fim do CNPq. As comunidades científica e acadêmica e a população não aceitam a extinção do CNPq", disse. "Ciência, tecnologia e inovação são essenciais para a economia e a competição internacional no mundo contemporâneo", completou. Segundo representantes das entidades que participaram da audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da

Câmara sobre a situação orçamentária do CNPq, uma ala do governo Bolsonaro defende as fusões do CNPq com a Capes e da Finep com o BNDES. "São mais de 900 mil assinaturas, o que mostra a importância do tema e a sua ressonância na sociedade", disse a deputada Margarida Salomão (PT-MG) ao abrir a audiência. A comissão parlamentar instalou uma subcomissão permanente para analisar o orçamento da área de Ciência e Tecnologia. Os R\$ 330 milhões ao CNPq foram negociados no Congresso em 11 de junho através de uma suplementação orçamentária em acordo com líderes da base do governo. No entanto, o valor ainda não foi executado pelo Ministério da Economia. Na audiência, o presidente do CNPq, João Luiz de Azevedo, disse que o orçamento atual só cobre o pagamento das bolsas de agosto, cujo pagamento se dá no início de setembro. "Se não houver suplementação, o CNPq vai parar de pagar bolsa. Não posso executar um orçamento que não tenho", afirmou.



REPRODUÇÃO

RISCO Além de sofrer com baixo orçamento, CNPq pode ser extinto

Já o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Julio Semeghini, afirmou que a pasta trabalha "para buscar os R\$ 330 milhões que nos faltam" e que no projeto de orçamento do governo para 2020, o valor para o CNPq já está garantido de forma que não possa ser contingenciado. Semeghini, no entanto, não explicou qual seria a blindagem a eventuais cortes. O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), o professor da UFRJ Luiz Davidovich, destacou a função do CNPq em formar pesquisadores e citou que bolsas de R\$ 100 destinadas a alunos do 5º ano ao 8º ano do ensino básico estão sob ameaça. "Serão os próximos engenheiros, economistas e filósofos. O valor é ridículo ao pensarmos no efeito sobre o futuro do país", afirmou. Davidovich criticou

a pasta da Economia por estar "eternamente nos cortes e ausente dos debates sobre Ciência e Tecnologia" e pediu apoio ao Congresso. "O Parlamento tem que dar exemplo de sua altivez para defender os interesses da sociedade. O Parlamento pode salvar a ciência brasileira", disse. Convidado à audiência, o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, não compareceu. Para a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Flávia Calé da Silva, os bolsistas de pós são fundamentais ao desenvolvimento do país. "O que está por trás disso é a ausência de um projeto nacional. A priori, é a destruição de um projeto nacional", disse ela, convocando a todos para participar da próxima manifestação pela Educação, no dia 7 de setembro.

FINEP AMEAÇADA POR IMOBILISMO E CONTINGENCIAMENTOS



REPRODUÇÃO

NOVE ex-presidentes da Finep participaram do ato em defesa da Financiadora, no Clube de Engenharia

A Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) passa pelo momento mais difícil de sua história. Com recursos contingenciados e responsável pelo fomento a projetos de inovação do país, a agência corre o risco

de parar completamente suas atividades. Em maio, a comunidade científica se reuniu para debater as mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio

da Medida Provisória 870/2019. Antes vinculado à Finep – e principal fonte de financiamento de projetos públicos de inovação e de infraestrutura de pesquisa – o fundo passou a ser administrado diretamente pelo

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTI). À época, os pesquisadores temiam o esvaziamento da Finep e futura inviabilização de seu funcionamento, já que a agência funcionava como secretaria-executiva do Fundo. Cabia à Finep fazer análises técnicas dos projetos a serem financiados com recursos do fundo. De lá para cá, a preocupação da comunidade científica só aumentou. Durante audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, dia 28, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu Moreira, classificou como "inaceitável" o contingenciamento do FNDCT. "É uma política estúpida para o desenvolvimento do país", afirmou o docente. No dia 15 de agosto, o Clube de Engenharia realizou um ato em defesa da Financiadora. Nove ex-presidentes da Finep compareceram, dentre eles, o professor do Instituto de Física da

UFRJ, Wanderley de Souza. "É inaceitável que uma instituição como a Finep permaneça em estado de hibernação", defendeu ele, em artigo publicado no Monitor Mercantil. Algumas fontes ouvidas pela reportagem, que preferiram não se identificar, comentaram que a atual direção da agência não toma qualquer decisão sem a permissão do ministro Marcos Pontes. "Isto nunca aconteceu na história da Finep. A instituição é uma empresa pública, tem autonomia e pessoal qualificado para tocar suas políticas. É a primeira vez que vemos este immobilismo", disse um pesquisador. Outro complementou: "O ministro não tem capacidade técnica e nem poder decisório para comandar políticas de ciência e inovação". A Finep é a única agência de fomento à inovação do país que realiza financiamento de projetos públicos e privados, ex-presidentes de pesquisas e em empresas. **(Silvana Sá, Colaborou Ana Paula Grabois)**

Reitoria reduz gastos para enfrentar crise

> Cortes atingem celulares, passagens internacionais, manutenção dos campi e frota de carros

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Perto do colapso financeiro, a UFRJ adota medidas para cortar gastos e ganhar fôlego para funcionar até o fim do ano. Recolhimento de celulares corporativos, aumento do período para jardinagem das áreas comuns, uso bastante controlado da frota de carros da universidade e fim das passagens aéreas internacionais para eventos acadêmicos são as ações mais recentes. O anúncio foi feito pela Pró-reitoria de Planejamento e Finanças à plenária de decanos e diretores realizada no último dia 29. As maiores economias devem ocorrer nos contratos de jardinagem e naqueles relacionados aos veículos, mas ainda sem valores definidos. A Prefeitura Universitária finaliza os estudos para montar um cronograma de utilização da frota que realiza o transporte de dirigentes e malotes de documentos entre as unidades e administração central, ou entre os campi avançados e a sede ou entre unidades e as fundações, por exemplo. A ideia é fazer com que o mesmo carro possa



ELISA MONTEIRO

CONTROLE RÍGIDO Planejamento do uso dos veículos pretende conter gastos de até R\$ 2 milhões

fazer o transporte para várias unidades. Outro exemplo, no caso dos deslocamentos intercampi, é concentrar o envio de documentos nos dias em que os representantes de Macaé e Xerém participam das reuniões dos colegiados superiores no Fundão. "A conta destes contratos custaria, nos próximos quatro meses, R\$ 5 milhões. Acreditamos que podemos reduzir de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões", afirma o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp. Com poda e capinagem, o objetivo é tentar reduzir 40% dos gastos. A UFRJ gasta R\$ 1,8 milhão por mês com manutenção dos campi e hospitais. Outro corte será nas passa-

gens internacionais para atividades acadêmicas. Até o momento, a maioria das solicitações já era rejeitada, mas estava mantido o processo de análise. "Agora, vamos negar de pronto", disse Raupp. A conta dos celulares corporativos, de R\$ 100 mil por ano, não é considerada alta, mas ajuda no esforço geral. "Só vamos manter os modens para alguns sistemas que não podem parar, no caso de queda da internet (cabead), como o sistema de licitações", informa o pró-reitor. **EXPECTATIVA** A expectativa da UFRJ é que governo repasse verba para o custeio, na primeira semana de setembro. São necessários R\$

33 milhões, segundo a reitoria, para manter a universidade funcionando, no próximo mês. Se a situação orçamentária se agravar, a pró-reitoria de Governança estuda como fazer a redução de alguns serviços, sem suspensão. "É o estudo preliminar de um plano de contingência. Se precisar colocar em prática, o plano ainda vai ser discutido com as unidades e decanias", explicou Raupp. Em julho, durante apresentação ao Conselho Universitário, a reitoria mostrou os possíveis cenários orçamentários ao fim do ano, todos deficitários, dependendo do ritmo de liberação de recursos do governo: entre R\$ 247 milhões e R\$ 77 milhões negativos.

GOVERNO MANTÉM EDUCAÇÃO E CIÊNCIA À MÍNGUA

No final da tarde de sexta-feira (30), o governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de Lei Orçamentária de 2020. Os investimentos previstos serão os menores dos últimos dez anos, segundo o próprio secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Junior. Para as universidades, o cenário segue de desalento. "Graças a muita luta nossa, conseguimos aumentar em R\$ 200 milhões o orçamento do CNPq. Grande parte desse dinheiro vai para bolsas. É uma vitória parcial. Ainda ficarão faltando R\$ 100 milhões para manter a atual estrutura", analisa o presidente da SBPC, professor Ildeu Moreira. "Não haverá expansão nenhuma da estrutura de ciência e tecnologia. As bolsas de mestrado e

doutorado estão congeladas há seis anos. O orçamento do CNPq hoje é a metade do que já foi no passado". Ildeu lembra que o CNPq continua sem recursos adequados para os seus programas importantes, como os INCTS, o edital universal, recursos para as feiras de ciências e olimpíadas e periódicos nacionais. **EDUCAÇÃO** Waldery Rodrigues afirmou que os mínimos constitucionais de gastos com Saúde e Educação estão preservados. Segundo o secretário, os valores ultrapassam o mínimo definido por lei em R\$ 900 milhões, em relação à Saúde, e R\$ 4,9 bilhões, na Educação. Na prática, os recursos serão insuficientes. Em uma avaliação

preliminar da PLOA, divulgada na data de fechamento desta edição, a Pró-reitoria de Planejamento e Finanças da UFRJ observou que o orçamento da universidade foi dividido em duas partes: a regular, que representa 74% do orçamento deste ano; e a "virtual". Neste caso, os recursos foram alocados em uma rubrica que depende de autorização do Congresso para a suplementação. De imediato, existe uma consequência grave para a liberação dos repasses iniciais do MEC à UFRJ, no próximo ano: as parcelas devem se basear não mais em 100%, mas nos 74%, segundo o pró-reitor Eduardo Raupp. **INVESTIMENTO REDUZIDO** O secretário de Fazenda ressaltou o aumento do déficit da

Previdência em 2020 e disse que a despesa previdenciária subirá cerca de R\$ 50 bilhões no ano. "É um valor muito alto que mostra a necessidade de aprovação da reforma na sua íntegra", afirmou. A proposta prevê apenas R\$ 19,36 bilhões em investimentos para o ano que vem, equivalente a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor é 29,3% menor que o previsto na Lei Orçamentária de 2019 e está 15% abaixo do valor que deve ser de fato executado este ano (R\$ 22,8 bilhões), devido aos contingenciamentos. No total, as chamadas despesas discricionárias devem totalizar R\$ 89,161 bilhões. Seguindo este ritmo, a avaliação de especialistas é que será muito difícil garantir a prestação dos serviços no ano que vem.

PROFESSORES RECEBEM ÚLTIMA PARCELA DA REESTRUTURAÇÃO

Os professores recebem agora a terceira e última parcela da reestruturação de carreira dos docentes federais do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Como se trata de uma reestruturação, o reajuste é variável. Segundo o Prof-Federação, que negociou o acordo ainda no governo de Dilma Rousseff, o índice de aumento fica entre 2,8% e 3%, de acordo com nível de titulação dos docentes. O Acordo transformou-se na Lei 13.325/2016 em julho de 2016, sancionada sem vetos pelo então presidente Michel Temer. O ex-presidente tentou adiar os aumentos do funcionalismo para 2020 por Medida Provisória, mas o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspendeu os efeitos da MP por liminar. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 abre caminho para a concessão de reajustes salariais ao funcionalismo federal, mas o governo deve vetar qualquer aumento.

MEC ESTUDA MEDIDA PROVISÓRIA PARA FUTURE-SE

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse na quarta-feira (28) que o governo estuda encaminhar o programa Future-se ao Congresso Nacional por meio de Medida Provisória. Caso a estratégia se confirme, as mudanças passam a valer a partir da data de sua edição. E o prazo para aprovação no Congresso Nacional é reduzido.

O ministro e o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, falaram sobre a possibilidade de uma Medida Provisória para o Future-se durante audiência pública, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A captação de recursos e a criação de um fundo privado com cotas negociadas na Bolsa de Valores para financiar as universidades e institutos federais são as principais estratégias do novo programa do MEC. Mais de 55 mil pessoas participaram de consulta pública online sobre o tema. Entidades como a UNE rechaçaram o conjunto do projeto, por considerá-lo privatista em essência. O prazo para contribuições foi encerrado na quinta-feira (29).

RENASCIMENTO



■ Estatueta em bronze do primeiro-profeta de Amun Menkheperrê, uma das peças centrais da coleção egípcia, foi recuperada praticamente sem danos. Originalmente sem os dois braços e uma das pernas, perdeu parte da perna remanescente no incêndio de 2 de setembro. É a única conhecida do mundo que traz Menkheperrê como um faraó.

UM ANO depois da maior tragédia já ocorrida na UFRJ, o Museu Nacional está em clima de Renascimento. Até 2022, parte do Museu será reaberta. Trabalho de recuperação do acervo está avançado. Algumas peças foram apresentadas esta semana

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A UFRJ pretende reabrir parte do Museu Nacional até 2022, a tempo das comemorações pelo bicentenário da independência do Brasil. A reitoria resolveu apostar em um novo modelo de governança para reconstruir o prédio, destruído por um incêndio há um ano.

“Nossa intenção é aumentar a parceria com outras instituições que queiram investir no Museu Nacional. Estamos abertos a parceiros externos, inclusive internacionais”, explicou a reitora da universidade, professora Denise Pires de Carvalho.

O detalhamento do projeto, chamado de Museu Nacional Vive, será apresentado aos deputados federais da bancada do Rio neste sábado (31) – uma forma de prestar contas àqueles que garantiram uma emenda de R\$ 55 milhões no orçamento deste ano, depois contingenciada para R\$ 43 milhões, para a recuperação do Palácio da Quinta da Boa Vista. Na mesma data, haverá a assinatura de um protocolo de intenções entre as entidades envolvidas na iniciativa.

À reportagem, a reitora adiantou que um comitê executivo ficará responsável pela governança. Nesta instância, estarão representadas, entre outros: a universidade, a Unesco e a Fundação Vale – o atual diretor-presidente da organização, Hugo Barreto Filho, foi secretário-geral da Fundação Roberto Marinho. E a FRM ajudou a criar vários museus nos últimos 20 anos, como o Museu do Amanhã. “Nós democratizaremos a reconstrução. Não será mais uma atividade só da universidade. Há parceiras com capacitação técnica na área”, completou Denise. Haverá, ainda, um comitê institucional, com representantes do IPHAN e do Instituto Brasileiro de Museus, para acompanhar os trabalhos do comitê executivo.

Outra forma de atrair interessados para o projeto será a transparência dos dados. Em uma área especial no site da UFRJ, todos os gastos já realizados ou em execução no Museu poderão ser acompanhados pela sociedade em breve, segundo a reitoria.

CONTRA O TEMPO

Enquanto cria um modelo para atração de novos investimentos no Museu, a reitoria corre contra o tempo para gastar um quinto da emenda da bancada do Rio, ou R\$ 8,6 milhões. De acordo com a legislação, o apoio parlamentar só pode ser renovado de um ano para outro, se forem alcançados 20% dos gastos. A reitora espera executar mais de R\$ 9 milhões, ainda em 2019, somente com a preparação de um terreno, cedido pelo governo federal na própria Quinta da Boa Vista, para receber os laboratórios e setores administrativos do Museu, no ano que vem.

A maior parte dos processos está em licitação, como o cercamento do terreno, de 44 mil m², que será conhecido como campus Cavalariças, e a construção da



ESFORÇO CONJUNTO A reitora Denise Pires de Carvalho destacou o interesse em parcerias para reconstruir o Museu. O diretor Alexander Kellner criticou a burocracia enfrentada nas obras do prédio

infraestrutura (cisterna, subestação, caixa d'água e aquisição dos módulos).

BALANÇO

Na última quarta (28), a reitoria e a direção do Museu Nacional apresentaram à imprensa um balanço do que foi feito até agora para reconstruir a mais antiga instituição científica do país.

Diretor da unidade, o professor Alexander Kellner falou dos encontros que vêm articulando com instituições de todo o mundo para aquisição permanente ou temporária de acervo relevante. “É fun-

damental termos material original”.

Kellner ressaltou que o Museu recebia visitas de 20 mil alunos por ano. “Os estudantes clamam pela volta do Museu. Estamos recebendo várias cartas”.

Hoje, a UFRJ conta com R\$ 68 milhões para as obras: os R\$ 43 milhões da emenda de bancada, mais R\$ 20 milhões do BNDES, e R\$ 5 milhões do MEC, dinheiro gerenciado pela Unesco.

Questionado sobre o custo total para deixar o Museu em pleno funcionamento, o diretor respondeu que não sabia. “O que vai decidir o valor e o tempo (da obra) são os projetos. Eles estão andando”, disse.

O professor destacou que um dos principais entraves à recuperação do Museu é a burocracia. “Tudo tem que ter carimbo. Tudo tem que ter papel. É importante que o governo olhe para este lado”, disse.

RESGATE

O resgate de acervo científico nos escombros do Museu ainda não foi encerrado. A planta baixa do Museu, de 2 mil m², foi dividida em 71 áreas. Destas, 50 já foram revistadas. A previsão é que o trabalho seja concluído no primeiro semestre do ano que vem. Ao final, será produzido um relatório com o inventário de todas as peças.

A professora Luciana Carvalho é uma das coordenadoras do trabalho de resgate. Segundo a pesquisadora, 19% das coleções, ou 7 – aquelas que se encontram nos prédios do Horto Botânico – não foram atingidas; já 35% das coleções, ou 13, seguem com itens sendo resgatados; e 46% das coleções, ou 17, foram perdidas ou quase totalmente perdidas.

Uma boa notícia é que, com o que foi recuperado até o momento, a coleção egípcia do Museu Nacional continua sendo a maior do Brasil em números.

Luciana observou que uma peça resistiu ao incêndio, mas não foi “resgatada” e deverá permanecer no mesmo local durante as obras de reforma do prédio: o meteorito Bendegó. “O Bendegó representa para nós a resistência do Museu Nacional”, afirmou a pesquisadora.



■ A cultura Mochica, originária da região norte do Peru, tinha entre suas especialidades a elaboração de sofisticada cerâmica. A peça é exemplo desta técnica refinada. Trata-se da representação de um homem, provavelmente um prisioneiro, pois tem os pés e mãos atados e uma corda que circunda seu pescoço. Toda pintada, apresenta pequena quebra na base e rachadura.



■ O capacete de armadura samurai entrou para o acervo do setor de Etnologia provavelmente no século XIX. Fazia parte da coleção japonesa, constituída por espadas, punhais e indumentárias identificadas como pertencentes à elite japonesa. Durante o resgate, foi recuperada a maior parte da armadura, principalmente os componentes em metal.



■ A lâmina de um machado de guerra, da Nova Zelândia, foi recuperada da sala de exposição Culturas do Pacífico. A peça era formada por um machado com cabo de madeira revestido com fios de algodão tingido. O cabo foi perdido durante o incêndio, mas a lâmina está em bom estado de conservação.